

DIÁRIO OFICIAL



MUNICÍPIO DE NOVA OLINDA, ESTADO DO TOCANTINS

ANO VIII

NOVA OLINDA, QUARTA, 24 DE JUNHO DE 2026

EDIÇÃO N° 1351

EDIÇÃO EXTRA SUPLEMENTO 01 DA EDIÇÃO N° 1351

SUMÁRIO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, AGRICULTURA E PECUÁRIA

Plano Municipal de Agricultura

2

IMPrensa OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA-TO

Avenida Goiás 1284 - Centro
Nova Olinda-TO / CEP: 77790-000

Jesus Evaristo Cardoso
Prefeito Municipal



Documento assinado digitalmente conforme MP N° 2.200- 2 de 24/08/2001, da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A autenticidade deste documento pode ser conferida por meio do QRCode.

Código de Validação: **135120261140**



7

PREFEITURA MUNICIPAL: NOVA OLINDA/TOCANTINS
Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

Prefeitura da Cidade: Nova Olinda

UF: TO

Vigência 2025 – 2028

PREFEITO: JESUS EVARISTO CARDOSO

Nível de gestão: Gestão Básica

CNPJ: 00.001.602/0001-63



CONFERENCIA ESTADUAL



VISITA DE CAMPO



PRODUTOS DO PAA





8

FEIRA DA COLHEITA



CURSO DE TRATORISTA



1310025296612760300

S.I.M (SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL)

#InspeçãoMunicipal



Serviço de Inspeção Municipal dos Produtos de Origem Animal é implantado em Nova Olinda





9

FICHA TÉCNICA

Administração 2025 - 2028
 Prefeito Municipal
JESUS EVATIRSTO CARDOSO
 Emival fernandes de souza
 Secretário de desenvolvimento economico agricultura e pecuaria

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA	
Nível de Gestão:	Gestão Básica
CNPJ:	00.001.602/0001-53
Prefeito:	Jesus Evaristo C
Cidade:	Nova Olinda
UF:	TO
Endereço:	avenida GOIAS nº 1284
CEP:	77790-000
Telefone:	63 3452-1408
Email:	prefeituranolinda2021@gmail.com

CÂMARA INTERSECRETARIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CAISAN	
Secretaria de Assistência Social	Titular: Keila Alves Santos Suplente: Maria de Jesus Ferreira Oliveira
Secretaria Municipal de Saúde	Titular: Natanael Silva Suplente: Wisley Alves Lima
Secretaria Municipal de Educação	Titular: Ana Maria Chaves dos Santos Suplente: Leonardo Aristides da Silva
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente	Titular: Emivalo Fernandes de souza Suplente: Maria Vicencia Prima de Araujo
Secretaria do Meio Ambiente	Titular: Donizete Dedimar da Silva



10

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO PLANO

NOME	SECRETARIA QUE REPRESENTA	FUNÇÃO
Aldineia Martins da Silva	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente	diretoras
Maria Vicencia Prima de Araújo		Da secretaria de desenvolvimento economico Agricultura e pecuaria
Wanna Thaylha Silva Natanael Silva	Secretaria Municipal de Saúde	Coordenadora da atenção basica nutricionista
Keila Alves santos Kalita Raiane Pereira Gomes	Secretaria de Assistência Social	Secretaria Coordenadora do CRAS
Fernada Kelly de Santana	Secretaria de Educação	Coordenadora da merenda escolar

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL COMSEA – 2023/2025

REPRESENTAÇÃO GOVERNAMENTAL

Secretaria de Assistência Social	Titular: Keila Alves dos Santos Suplente: Maria de Jesus F. Oliveira
Secretaria Municipal de Saúde	Titular: Natanael da Silva Suplente: Wanna Thaylha Silva Brito
Secretaria Municipal de Educação	Titular: Fernada Kelliy de Santana Suplente: Leonardo Aristides
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente	Titular: Emival Fernandes de Sousa Suplente: Demilson Burnorte da Silva

REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

sindicato de trab.e trab. rurais de nova olinda	Titular: Maria Vicencia Prima de Araujo Suplente: Maria Dartecleia Cordeiro da silva
Centro Assistencial da familia (CAF)	Titular: Maria Janete Pereira Suplente: Cristiane Alcântra Silva
Associação de Produção Comunitaria Rural	Titular: Weskley Da Silva Araújo Suplente: Gilvan Alto Chaves
Associação dos colonos corrego caititu	Titular: Judásio Gonçalves De Sousa Suplente: Rosa Maria Da Conceição
Associação de Pais e Amigos Excepcionais (APAE)	Titular: Rosângela Alves Cabral Suplente: Suely Teixeira Lima
Associação dos Apicultores e produtores de polpas de frutas	Titular: Charles Dias Da Silva Suplente: Jussânia De Sousa Silva
Associação do Assentamento Vargem Grande	Titular: Helena De Carvalho Suplente: Maria Aparecida Mendes De Almeida
Associação Dos Produtores Rurais Da Gleba Conceição	Titular: Domingas Dos Santos Ostrufka Suplente: José Ribamar P. Dos Santos





11

SUMARIO

APRESENTAÇÃO.....	12
INTRODUÇÃO	14
OBJETIVO GERAL.....	15
.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	15
HISTÓRICO MUNICIPAL.....	16
INFORMAÇÕES DEMOGRÁFICAS	34
CADASTRO ÚNICO	34
BOLSA FAMÍLIA	40
BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA- BPC.....	51
RENDA MENSAL VITALÍCIA	53
INFORMAÇÕES RACIAIS	54
ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA DO SUAS (IGD/SUAS) MUNICIPAL.....	56
VALORES REPASSADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	57
SALDO EM CONTA CORRENTE (NOV/2025).....	59
PROGRAMA DE FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS RURAIS	61
DIA DA COINCIDÊNCIA NEGRA.....	62
GRUPO DO BOLSA E COORDENAÇÃO DO CRAS SECRETARIA	63
AGRICULTURA	63
PARCERIAS.....	66
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	66
AÇÃO	66
RESULTADO DA IV CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE.....SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	68



12

APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal de Segurança Alimentar Nutricional do município de Nova Olinda-TO, configura-se como um instrumento de planejamento estratégico, intersetorial e participativo que tem como objetivo assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) no município, em consonância com os princípios da soberania alimentar, sustentabilidade, justiça social e dignidade humana.

Sua elaboração é coordenada pela Secretaria de Secretaria Municipal de Desenvolvimento Economico Agricultura e Pecuaria, com protagonismo central da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), espaço técnico de articulação com as secretarias municipais de Educação, Saúde, assistência social e Meio Ambiente, e em parceria com o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA), instância de controle social e participação cidadã, ou seja, tem como alvo. a intersectorialidade, a governança democrática no campo da segurança alimentar e nutricional, para a população Novolindense.

Para tanto, o Plano fundamenta-se nas diretrizes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), instituído pela Lei nº 11.346/2006, e busca consolidar uma política pública permanente, voltada à promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

A construção do plano também se apoia em instrumentos técnicos e de vigilância como anvisa– Sistema de Vigilância sanitaria em em saúde, e Alimentar e Nutricional, que permite o acompanhamento do estado nutricional da população e dos padrões de consumo alimentar. Esses dados contribuem para orientar ações mais precisas, sensíveis às desigualdades territoriais e à diversidade sociocultural



13

do município.

Trata-se de um marco institucional fundamental para o município, pois além de nortear políticas locais também atende ao disposto na Emenda Constitucional nº 64/2010, que inclui a alimentação como um direito social no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, equiparando-a à saúde, educação e moradia.

INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN que, na forma do art. 3º da Lei nº 11.346/2006, tem como objetivo geral promover a segurança

alimentar e nutricional, bem como assegurar o direito humano à alimentação adequada em todo território nacional. (Decreto 7.272/2010) Art. 3º. A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentável.

A citada Lei criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional SISEAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada. No seu Art. 1º esta Lei estabelece as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISEAN, por meio do qual o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará e implementará políticas, planos, programas e ações com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada.

vale lembrar que a alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança



14

alimentar e nutricional da população.

Conforme a Lei Nº 11.346/ 2006 a Segurança Alimentar e Nutricional abrange:

I. A ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, incluindo-se os acordos internacionais, do abastecimento e da distribuição dos alimentos, incluindo-se a água, bem como da geração de emprego e da redistribuição da renda;

II. A conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos;

III. A promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social;

IV. A garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade étnica e racial e cultural da população;

V. A produção de conhecimento e o acesso à informação;

VI. A implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas da sociedade civil.

VII. Produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características culturais do País.

Em consonância com a PLANSAN, o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do município de Nova Olinda / TO, por sua vez, pressupõe:

1. Analisar a situação de segurança alimentar e nutricional do município de Nova Olinda - TO;

2. Consolidar programas e ações relacionados às diretrizes e indicar prioridades, metas, indicadores e requisitos orçamentários para a sua execução;



15

Buscar integração entre as instituições governamentais e da sociedade civil para atender os grupos em situação de vulnerabilidade e de insegurança alimentar e nutricional;

Definir mecanismos de monitoramento e avaliação.

OBJETIVOS DO PLANO

Objetivo Geral

Assegurar o direito à alimentação adequada, saudável, por meio da articulação intersetorial de políticas públicas, da promoção da soberania alimentar e da participação ativa da sociedade civil.

.1 Objetivos Específicos

- Fortalecer, ampliar e qualificar ações de prevenção e combate à insegurança alimentar e nutricional, com foco nas populações em situação de maior vulnerabilidade.
 - Apoiar e valorizar a agricultura familiar, urbana e periurbana, promovendo circuitos curtos de produção, comercialização e o abastecimento alimentar saudável.
 - Incentivar práticas sustentáveis de produção,
 - gradagem de área para plantio,
 - insumos agrícolas para cultivo de hortas comunitárias, distribuição e consumo,contribuindo para sistemas alimentares.



16

- Promover ações permanentes de educação alimentar e nutricional nos equipamentos públicos e territórios, com foco na promoção da saúde e autonomia alimentar.
- Integrar políticas públicas das áreas de governo, saúde, educação, esporte e lazer, assistência social, trabalho e renda e meio ambiente.
- Reduzir desigualdades sociais no acesso à alimentação, considerando os marcadores de raça, gênero, deficiência, território e ciclo de vida.
- Fortalecer a participação da sociedade civil, por meio do COMSEA e de mecanismos de controle social e escuta ativa nos territórios.

HISTÓRICO MUNICIPAL

Nova Olinda teve origem em 1958, com a formação da fazenda “Solta”, por Raimundo Alves Bento, vindo de outras paragens, que juntamente com Antônio da Costa Lima, o popular Caçula, constituíram os pioneiros da localidade.

Em 1960, com a passagem do traçado de BR – 153 (Belém/Brasília), a localidade assumia formas de povoado. O advento da rodovia, facilitando os meios de transporte da produção e a abundância de terras férteis propícias à agropecuária, motivaram a vinda de numerosas famílias de agricultores e comerciantes da região e circunvizinha, fixando-se no centro do povoado uma placa com nome de “Nova Olinda”, por um guarda de segurança da Cia. Construtora, lembrando a histórica Olinda em Pernambuco. Em decorrência de sua privilegiada localização, às margens da BR-153, Nova Olinda desenvolveu-se rapidamente, tornando-se importante centro urbano, o que favoreceu sua emancipação político-administrativa, obtida em 10 de junho de 1980.

Formação Administrativa

Nova Olinda Localiza-se no norte do Tocantins as Margem da BR 153 ha 327





17

km para Palmas e de Brasília fica uma distância de 1065 km de Brasília. Fica no limite divisório de águas entre o Rio Araguaia e o Rio Tocantins, às margens da BR 153 (Rodovia Belém Brasília). O município possui IDHM (IDHM Índice de desenvolvimento humano municipal) igual a 0,79, que corresponde a um alto desenvolvimento humano, medido por indicadores como Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2021 divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2022. Elaborado pela SEPLAN-TO, bem como pelo portal do IBGE. As principais fontes de renda do município são a pecuária e a agricultura familiar, posto porém, as áreas do comércio e prestação de serviços têm crescido significativamente. Na economia, a obra de engenharia de grande envergadura, além do futuro entroncamento com a ferrovia Leste-Oeste, com diversos terminais de carga.

Distrito criado com a denominação de Nova Olinda, pela Lei Municipal n.º 127, de 11-11-1963, subordinado ao município de Filadélfia. Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o distrito de Nova Olinda figura no município de Filadélfia, assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-I-1979. Elevado à categoria de município com a denominação de Nova Olinda, pela Lei Estadual n.º 8847, de 10-06-1980, desmembrado do município de Filadélfia. Sede no antigo distrito de Nova Olinda. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-02-1983.

Em divisão territorial datada de 1988, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2022.

Em 2022, a população era de 10.367 habitantes e a densidade demográfica era de 6,61 habitantes por quilômetro quadrado. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 24 e 38 de 139. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava nas posições 2966 e 4739 de 5570.

O Município de Nova Olinda ainda conta com várias empresas que estão instaladas na cidade. O local recebe atenção especial por parte da administração pública municipal, em parceria com o Governo do Estado, visando atrair novos empreendimentos, mas também, criar mecanismos que facilitem o desenvolvimento das empresas ali já instaladas. Incentivos fiscais e a cessão de uso de áreas para novos empreendimentos fazem parte da política de atrativos disponibilizados pela



18

Prefeitura de Nova Olinda que tem chamado a atenção de empresários da região, principalmente, devido a localização estratégica da cidade, o que facilita a logística, bem como, oferecer aos seus habitantes mais oportunidade de emprego e qualidade de vida.

A cidade também é bem servida de supermercados, farmácias, bares e restaurantes. Posto de gasolina, Nova Olinda tem um forte movimento cultural, bem como cavalgada, tropeada, festa do Divino Pai Eterno, festas junina nas escolas e comunidades, folias de reis, feira do produtor aniversário da cidade que acontece anualmente onde despontam vários artistas de talento. Conta ainda com um Instituto Educacional com vários cursos técnicos e graduação em pedagogia; uma Biblioteca Municipal devidamente equipada. Em Nova Olinda 69,86% de seus domicílios são atendidos com o sistema de água tratada, segundo dados da empresa de saneamento BRK Ambiental. A empresa informou que cerca de 7,24 pessoas tem acesso a rede de água tratada com base nos dados do censo de 2022.

População no último censo [2022]

10.367 pessoas

Comparando a outros municípios

No país

1º

5571º

2966º

No Estado

1º

139º

24º

Na região geográfica imediata

1º



1310025296612760300



19

21º

5º

Densidade demográfica [2022]

6,61 habitante por quilômetro quadrado

Código do Município

1714880

Gentílico

nova-olindense

Aniversário

10 de junho

Prefeito

JESUS EVARISTO CARDOSO

POPULAÇÃO

População no último censo [2022] **10.367** pessoas

População estimada [2025] **10.600** pessoas

Densidade demográfica [2022] **6,61** habitante por quilômetro quadrado

Nome masculino mais popular **Jose**

1310025296612760300





20

Nome feminino mais popular **Maria**

Sobrenome mais popular

Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo [2010]

42 %

Comparando a outros municípios

No país

1º

5571º

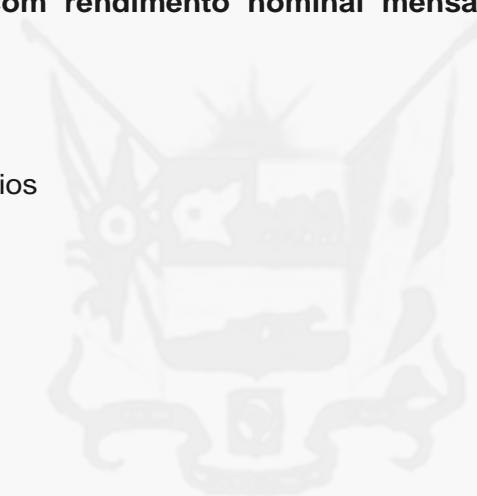
2474º

No Estado

1º

139º

94º



1310025296612760300



21

Na região geográfica imediata

1º

21º

19º

Salário médio mensal dos trabalhadores formais

223º

88º

Na região geográfica imediata

1º

15º

5º

IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2023]

4,2

Comparando a outros municípios

No país

1º

5571º

5193º

No Estado

1º



1310025296612760300



22

223º

200º

Na região geográfica imediata

1º

15º

13º

EDUCAÇÃO

No Município, existem 08 núcleos escolares, 568 alunos matriculados na Educação Infantil. No ensino fundamental existem 1.455 alunos matriculados. O município também oferta educação especial, possui 29 crianças atendidas. A secretaria Municipal de Educação conta com uma nutricionista e 24 manipuladoras de alimentos distribuídas em 8 escolas.

Além disso, o município, por meio da secretaria de educação desenvolve os seguintes programas:

-PROFE- PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO: Configura-se como uma ação estratégica de Programa Escola Digna, que reforça o regime de colaboração entre a Secretária do Estado de Educação (Seduc) e os municípios, com foco na melhoria dos indicadores educacionais do estado e na concretização das metas estabelecidas nos Planos de Educação.

-PROFE-Programa de Fortalecimento da Educação do Governo do Tocantins, uma iniciativa abrangente de 2023-2027 focada em infraestrutura, tecnologia, formação de Profissionais e apoio a alunos, buscando melhorar a educação pública no estado, com ações como entrega de equipamentos, conexão à internet e bolsas, além de ser uma abreviação informal para "Professor".



23

PNAE: O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é o maior programa de suplementação alimentar da América Latina contribuindo com a Segurança Alimentar e Nutricional e viabilizando a promoção do Direito Humano à Alimentação adequada (DHAA) por meio da alimentação escolar. Os alunos que necessitam de atenção nutricional individualizada em virtude de condição de saúde específica (como por exemplo: intolerância a lactose, alergia a proteína do leite de vaca, diabetes mellitus, entre outras) são atendidos com a oferta de alimentos adequados durante seu período de permanência na Unidade Escolar. Conforme Lei n. 12.982, de 28 de maio de 2014. A alimentação escolar do município faz parte do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que tem como objetivo a contribuição para o desenvolvimento e crescimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos alunos, além de atender as necessidades nutricionais dos estudantes durante o período letivo e promover práticas alimentares saudáveis aos mesmos.

A forma de gestão do PNAE deste município é centralizada. O cardápio da alimentação escolar do município é elaborado por uma nutricionista Responsável Técnico. É realizado o controle administrativo para a aquisição e distribuição dos alimentos, visando garantir a entrega dos produtos com qualidade às Unidades Escolares. O fornecimento dos gêneros alimentícios não perecíveis acontece a cada quinze dias, enquanto os alimentos perecíveis são entregues uma vez por semana, com a intenção de ofertar alimentos frescos conforme sazonalidade. Para o monitoramento do PNAE são realizadas supervisões semanais às Unidades de Ensino. As manipuladoras de alimentos são capacitadas anualmente com temas diversos como, Treinamento de Boas Práticas nas Manipulações de Alimentos, recebimento adequado dos gêneros alimentícios, trabalho em equipe, preparo dos alimentos, dentre outros assuntos válidos para o bom andamento das atividades. EAN: As Atividades de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) como feiras, dia mundial da alimentação, palestras, dentre outras, fazem parte do currículo escolar e são desenvolvidas frequentemente pela unidade escolar, nutricionista e demais profissionais, com o objetivo de promover a formação de hábitos alimentares saudáveis



Matriz de Plano

Ação	Meta	Prazo	Responsável	Público Alvo	Fontes de Financiamento
Compra de alimentos diretamente da agricultura familiar, através de processo licitatório chamada pública.	A utilização de no mínimo 45% dos recursos para aquisição de produtos da agricultura familiar	Fevereiro a dezembro	SEMED	Agricultores familiares	Repasses do Governo Federal
Realizar levantamento de alunos com patologias, que necessitam	Atender 100% dos alunos que apresentarem laudo médico para algum tipo de	Fevereiro a dezembro	SEMED	Estudantes da rede municipal	Repasses do Governo Federal



1310025296612760300



de atendimento específico da alimentação.	patologia relacionada a alimentação				
---	-------------------------------------	--	--	--	--

Objetivo Específico: Fomentar a agricultura familiar Local

Monitoramento: Acompanhamento do aumento gradativo a cada ano do número de agricultores locais fornecendo para a Chamada Pública do município de Nova Olinda. Atualmente 08 fornecedores, sendo 01 associação e 07 grupos de agricultores individuais locais, fornecem alimentos que compõem o cardápio da Alimentação Escolar

SAÚDE DE NOVA OLINDA – TO

Atualmente, Nova Olinda conta com 3 Unidades Básicas de Saúde (UBS) na área urbana e 2 extensões na zona rural, sendo uma delas localizada na Agrovila Pé de Pequi e a outra no Povoado Campo Alegre. A equipe é formada por 4 grupos de Estratégia Saúde da Família (ESF), garantindo uma cobertura total de 100% da população em atenção básica. Entre os serviços disponíveis nesse nível de atenção estão: Programa Saúde na Escola, Programa Bolsa Família, Vigilância Alimentar e Nutricional, Programa de Controle do Tabagismo, Programa Saúde da Mulher, Programa Saúde da Criança, Programa Saúde do Trabalhador, Programa Saúde do Idoso, Programa Saúde do Homem, Programa para Hipertensos e Diabéticos, Estratégia de Saúde da Família, Equipes de Saúde Bucal e Equipes E-multi.

As equipes realizam atividades voltadas para a promoção da saúde, prevenção, tratamento e reabilitação de doenças e condições de saúde comuns, além de preservar o bem-estar da população. Elas atuam como um elemento organizador que orienta o fluxo dos serviços nas redes de saúde, abrangendo desde os atendimentos mais simples até os



1310025296612760300



26

mais complexos, e têm a capacidade de disponibilizar atendimento odontológico e de outros profissionais com formação superior. A Secretaria Municipal de Saúde define as áreas de atuação de todas as equipes da Estratégia de Saúde da Família (ESF) e suas microáreas, que são de responsabilidade dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS). No total, contamos com 36 ACS, com cada equipe da ESF encarregada de monitorar até 3 mil moradores.

A Rede de Atenção à Saúde (RAS) abrange também os níveis de média e alta complexidade, os quais correspondem a categorias de atendimento que necessitam de recursos e tecnologias especializadas para satisfazer as necessidades da população em relação a serviços especializados. A estruturação desses serviços em redes e a conexão com a atenção primária são fundamentais para assegurar a totalidade e a excelência no atendimento. Nova Olinda não conta com um Centro de Atenção Psicossocial I (CAPS I), Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e Drogas (CAPS AD III), Centro de Especialidades Odontológicas – CEO, mas, tem como referência o Município de Araguaína – TO, onde é disponibilizado o transporte sanitário. O município ainda, oferta o Tratamento Fora do Domicílio – TFD, Central de Regulação Municipal, Programa de Oxigenioterapia Domiciliar, Atendimento de Urgência e Emergência, por meio da Unidade de Pronto Atendimento 24h.

A Secretaria Municipal de Saúde também conta com o Departamento de Vigilância Sanitária e Promoção à Saúde, que inclui áreas como Vigilância Sanitária, Epidemiológica, Endemias e Saúde do Trabalhador. A Vigilância em Saúde é um processo contínuo e organizado de coletar, consolidar e divulgar informações sobre acontecimentos relacionados à saúde. Seu objetivo é ajudar no planejamento e na execução de ações de saúde pública, protegendo a população, prevenindo riscos, doenças e problemas de saúde, além de promover o bem-estar.

É importante que as equipes de Atenção Básica estejam sempre analisando a situação de saúde da comunidade, para que possam desenvolver ações mais eficazes para enfrentar os desafios existentes. A Vigilância Alimentar e Nutricional, ou VAN, faz parte desse conjunto de ações de vigilância em saúde. Ela foi criada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, especificamente no seu artigo 6º.



27

Saber qual é a situação alimentar e nutricional das pessoas é uma ferramenta importante para acompanhar se o Direito Humano à Alimentação Adequada está sendo atendido. Além disso, ajuda a promover a soberania e a segurança alimentar e nutricional. Isso porque, ao analisar indicadores de saúde e nutrição, conseguimos entender melhor as diferentes formas de insegurança alimentar e nutricional que podem existir, conforme orienta o Marco de Referência da Vigilância Alimentar e Nutricional na Atenção Básica de 2015.

SERVIÇOS DE SAÚDE ENVOLVIDOS NA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Na Secretaria Municipal de Saúde, os nutricionistas que integram as Equipes Multiprofissionais realizam atendimentos clínicos e/ou domiciliares para todos os pacientes do município de Nova Olinda, mediante agendamento prévio por meio da agenda do sistema e-SUS PEC. Também são responsáveis pela emissão de laudos para solicitação de fórmulas enterais, bem como pelo acompanhamento de pacientes com patologias que justifiquem o uso dessas fórmulas. Entre os programas vinculados à Política de Segurança Alimentar e Nutricional, destacam-se a Puericultura, a suplementação de Vitamina A, e em breve, o NutriSUS, que representa um compromisso do SUS com a prevenção de carências de micronutrientes em crianças, como a anemia e outras deficiências nutricionais. Além disso, o município conta com ações do Programa Saúde na Escola (PSE) e do Programa Bolsa Família.

O monitoramento e a avaliação dessas ações são realizados por meio da inserção de dados nos sistemas e-SUS PEC e e-Gestor, que consolidam as informações e as disponibilizam ao Ministério da Saúde em uma base de dados integrada nacionalmente, permitindo a definição do território e a caracterização da população cadastrada.

PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA (PSE)

O Programa Saúde na Escola (PSE), criado pelo Decreto Presidencial nº 6.286/2007, configura-se como uma política intersetorial dos Ministérios da Saúde e da



28

Educação, voltada à atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e jovens da rede pública de ensino, contemplando ações de prevenção, promoção, cuidado e formação.

O PSE contribui para o fortalecimento de estratégias que visam o desenvolvimento integral dos educandos, estimulando a participação da comunidade escolar em programas e projetos que integrem as áreas da saúde e da educação, com foco no enfrentamento das vulnerabilidades que interferem no pleno desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens brasileiros. Essa iniciativa também reconhece, valoriza e incorpora ações já existentes de articulação entre saúde e educação, as quais têm demonstrado impactos positivos na melhoria da qualidade de vida dos estudantes.

No âmbito da Política de Segurança Alimentar e Nutricional, o PSE desenvolve ações voltadas à promoção da alimentação saudável e à prevenção da obesidade, ao incentivo à prática de atividade física e à prevenção de doenças negligenciadas.

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

A Secretaria Municipal de Saúde é responsável pelo monitoramento das condicionalidades da área da saúde no âmbito do Programa Bolsa Família. No município de Nova Olinda, os mapas de acompanhamento são encaminhados a cada vigência às equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), que realizam esse processo por meio dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS).

Entre as condicionalidades acompanhadas estão o cumprimento do Calendário Nacional de Vacinação, o monitoramento do estado nutricional, incluindo peso e altura dos beneficiários pertencentes à área de abrangência de cada equipe, bem como o acompanhamento das gestantes. A partir do cumprimento dessas exigências, torna-se possível identificar situações de desnutrição, obesidade e baixa estatura, as quais são devidamente encaminhadas às unidades de saúde para o tratamento adequado, com acompanhamento de profissionais especializados. Atualmente, o município de Nova Olinda apresenta um percentual de 95% de cobertura das famílias acompanhadas.



29

VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A Vigilância Alimentar e Nutricional (VAN) consiste na avaliação contínua do perfil alimentar e nutricional da população, bem como de seus fatores determinantes. Recomenda-se que, nos serviços de saúde, sejam realizadas avaliações do consumo alimentar e da antropometria de indivíduos em todas as fases do ciclo de vida, incluindo crianças, adolescentes, adultos, idosos e gestantes.

O Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) tem como finalidade a gestão das informações relacionadas à VAN. Trata-se de uma ferramenta essencial para o monitoramento da situação alimentar e nutricional da população, além de servir como apoio aos profissionais de saúde no diagnóstico local das condições e agravos nutricionais. Por meio do sistema, é possível identificar fatores de risco ou de proteção associados à saúde dos usuários atendidos na Atenção Básica em todo o Brasil.

Nesse contexto, destaca-se a importância da Vigilância Alimentar e Nutricional na produção de diagnósticos locais e oportunos sobre os agravos alimentares e nutricionais, bem como na identificação de fatores protetores ou de risco, como o aleitamento materno e a adequada introdução da alimentação complementar.

SAÚDE DA CRIANÇA

O Programa Saúde da Criança tem como objetivo acolher todas as crianças de 0 a 14 anos residentes no município de Nova Olinda, com prioridade para a faixa etária de 0 a 24 meses. A proposta é garantir atenção integral, com monitoramento do risco ao nascer e do risco evolutivo, além do acompanhamento contínuo do crescimento e desenvolvimento, assegurando um atendimento de qualidade e resolutivo.

As ações voltadas à saúde da criança iniciam-se ainda no pré-natal, ofertado nas Unidades Básicas de Saúde e, quando necessário, nas Unidades de Referência para gestantes de alto risco. Após a alta hospitalar, o recém-nascido e a mãe são acolhidos pela equipe de saúde, que avalia as condições de nascimento, como idade gestacional, peso,



30

índice de apgar e possíveis intercorrências. Nesse momento, a mãe recebe orientações sobre aleitamento materno, cuidados com a higiene, prevenção de acidentes, calendário vacinal, entre outros aspectos fundamentais.

Crianças que apresentam fatores de risco ao nascer recebem acompanhamento prioritário, com ações de busca ativa e vigilância em saúde. A cada atendimento na unidade, o profissional de saúde avalia a presença ou não de situações de risco e define um calendário de consultas adequado para o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil. Esse cuidado é realizado de forma multiprofissional, envolvendo médicos clínicos gerais da Atenção Básica, pediatras e enfermeiros.

As equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) são responsáveis pelo acompanhamento mensal de peso e altura durante as consultas de puericultura e ações de vigilância nutricional, aproveitando o momento da pesagem para a verificação das carteiras de vacinação.

O Agente Comunitário de Saúde desempenha papel fundamental no monitoramento das crianças. Quando a mãe ou o bebê não comparecem às consultas agendadas, o ACS realiza a busca ativa, orientando a família sobre a importância dos cuidados essenciais e do acompanhamento regular pela equipe de saúde.

PROGRAMA DE MICRONUTRIENTES

As deficiências de micronutrientes, com destaque para a anemia por deficiência de ferro, configuram-se como relevantes problemas de saúde pública. Esses agravos nutricionais resultam de uma complexa interação de fatores determinantes, entre eles a insegurança alimentar, a ingestão inadequada ou insuficiente de alimentos in natura e minimamente processados, a baixa qualidade nutricional da dieta e a limitada biodisponibilidade de micronutrientes.

Embora as deficiências de micronutrientes possam ocorrer em todas as fases da vida, gestantes e crianças menores de dois anos constituem os grupos mais vulneráveis,



31

podendo apresentar impactos significativos em sua saúde e estado nutricional. Nesse contexto, a suplementação de Vitamina A é ofertada conforme os protocolos estabelecidos.

A anemia materna está associada a um maior risco de perda sanguínea durante o parto, hemorragia pós-parto e aumento da mortalidade materna, além de elevar as chances de parto prematuro e de baixo peso ao nascer. Em crianças, a anemia compromete o desenvolvimento cognitivo e motor, e, em casos mais graves, aumenta o risco de mortalidade infantil.

O município disponibiliza suplementação de ácido fólico e ferro para gestantes, realizando o monitoramento mensal da quantidade distribuída a esse público. As informações referentes a essa distribuição são registradas no sistema informatizado do SUS, por meio do e-Gestor Atenção Básica (e-Gestor AB).

1310025296612760300



AÇÕES DA SAÚDE



Assinado de forma digital por MUNICÍPIO DE NOVA OLINDA:00001602000163 em 24/06/2026 17:32:39



32



Assistência social

Assistência Social de Nova Olinda, Estado do Tocantins, constitui-se como um instrumento fundamental de planejamento, gestão e execução da Política de Assistência Social no âmbito municipal. Elaborado em consonância com a Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica da Assistência Social–LOAS (Lei nº 8.742/1993), a Política Nacional de Assistência Social – PNAS e as normativas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, o Plano orienta as ações, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais a serem desenvolvidos no município.



1310025296612760300



33

Assistência Social expressa o compromisso da gestão municipal com a garantia de direitos, a proteção social e a promoção da dignidade humana, priorizando o atendimento às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social, por meio da oferta qualificada da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial.

Em Nova Olinda, a Política de Assistência Social é executada de forma descentralizada e participativa, com a atuação do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, dos serviços socioassistenciais, dos programas de transferência de renda, dos benefícios eventuais e da articulação permanente com a rede intersetorial e o Sistema de Garantia de Direitos.

A construção deste Plano contou com a participação da gestão municipal, trabalhadores do SUAS, Conselho Municipal de Assistência Social e representantes da sociedade civil, reafirmando o princípio do controle social e da gestão democrática, pilares fundamentais do SUAS.

Por meio deste instrumento, o município estabelece diretrizes, objetivos, metas e ações estratégicas para o fortalecimento da política de Assistência Social, visando a ampliação do acesso aos direitos socioassistenciais, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e a superação das situações de vulnerabilidade social.

Dessa forma, Assistência Social de Nova Olinda representa um compromisso coletivo com a inclusão social, a justiça social e a construção de um município mais humano, solidário e igualitário.

1.170 famílias em situação de pobreza
679 famílias em situação de baixa renda
1.092 famílias com renda per capita mensal acima meio salário-mínimo;



1310025296612760300



34

INFORMAÇÕES DEMOGRÁFICAS



ESTIMATIVA POPULACIONAL IBGE 2025

10.600

Fonte: IBGE, Censo Demográfico - 2010 e 2022

RURAL IBGE 2010

URBANA IBGE 2010

PORTE



CADASTRO ÚNICO



FAMÍLIAS CADASTRADAS NOVEMBRO/2025

2.941



FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA

1.170



FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE BAIXA RENDA

679



FAMÍLIAS COM RENDA PER CAPITA MENSAL ACIMA DE 1/2 SAL. MIN.

1.092

1310025296612760300





35



PESSOAS
CADASTRADAS
NOVEMBRO/2025

7.346



PESSOAS



PESSOAS



EM
SITUAÇÃO DE
POBREZA

3.189

EM
SITUAÇÃO
DE BAIXA
RENDA

2.041



PESSOAS

COM RENDA
PERCAPITA
MENSAL
ACIMA DE
½ SAL. MIN.

2.116





36

COBERTURA (
%)

**ESTIMATIVA DE
FAMILIAS**

COM PERFIL
CADASTRADO ÚNICO

2.227





37

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, SAGICAD, Cadastro Único para programas Sociais; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Cadastro Único por Grupos Populacionais Tradicionais Específicos

Grupos Familiares	Famílias Cadastradas Novembro/2025	Famílias Cadastradas Beneficiárias do PBF Novembro/2025
Indígenas	0	0
Ciganos	0	0
Quilombolas	0	0
Ribeirinhos	0	0
Extrativistas	0	0
Pescadores artesanais	5	4
Agricultores familiares	29	14
Assentados da Reforma Agrária	121	54
Acampados	4	1
Pessoas em situação de rua	6	6
Atingidos por empreendimentos de infraestrutura	0	0
Coletores de material reciclável	3	2
Beneficiários do Programa Nacional do Crédito Fundiário	0	0
Famílias de presos do sistema carcerário	0	0
Famílias pertencentes a comunidades de terreiro	0	0
Total*	172	81

O total de famílias GPTE corresponde ao somatório de todos os grupos excluindo os casos com mais de uma marcação.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome,





38

SAGICAD, Cadastro Único para programas Sociais

1310025296612760300





39

Cadastro Único - Famílias e pessoas em situação de trabalho infantil

	Famílias	Pessoas
Inscritas no Cadastro Único* Novembro/2025	-	-
Beneficiárias do Programa Bolsa Família Novembro/2025	-	-

* Inclui as famílias e pessoas beneficiárias e não beneficiárias do Programa Bolsa Família
 Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, SAGICAD, Cadastro Único para Programas Sociais

Programa de Fortalecimento do Cadastro Único no Sistema Único da Assistência Social (PROCAD-SUAS)



REPASSE MUNICIPAL

*

R\$ 6.000



SALDO EM CONTA CORRENTE MUNICIPAL - OUTUBRO/2025**

R\$ 12.295

*O valor corresponde a 50% do repasse destinado ao ente federativo, referente aos recursos do PROCAD-SUAS para o fortalecimento da gestão do Cadastro Único em 2025. O saldo remanescente será transferido posteriormente, mediante a recomposição orçamentária da Secretaria. Os critérios estabelecidos podem ser consultados através do [Informe Cadastro Único nº 71](#). Consulte a lista de municípios [aqui](#).

**O Saldo em conta corrente considera os recursos do PROCAD SUAS não gastos até 2025





40

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, SAGICAD, Cadastro Único para Programas Sociais

BOLSA FAMÍLIA

PESSOAS DEZEMBR O/2025	BENEFÍCIO MÉDIO MENSAL * DEZEMBRO/2025	VALOR MENSAL REPASSADO * DEZEMBRO/202 5
3.808		



1310025296612760300





41



FAMÍLIAS
DEZEMBR
O/2025

R\$ 697,79

R\$ 914.100

1.317



TOTAL DE BENEFÍCIOS DO BOLSA FAMÍLIA DEZEMBRO /2025

6.896

BRC RENDA DE CIDADANIA

3.804

BCO COMPLEMENTARES

1.171

BPI PBF PRIMEIRA INFÂNCIA - PBF

757

BET EXTRAORDINÁRIOS DE TRANSIÇÃO

0

TOTAL DE BENEFÍCIOS VARIÁVEIS FAMILIARES

1.164

BVG GESTANTES

63

BVN NUTRIZ

61

BV CRIANÇAS

891

BVA ADOLESCENTE

273

*O total de recursos transferidos e o benefício médio desconsideram as famílias que se encontram em situação de suspensão na Folha de Pagamentos do PBF.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, SENARC, Demonstrativo Físico/Financeiro do Programa Bolsa Família.

Acompanhamento das Condicionalidades

EDUCAÇÃO

Crianças (4 a 5 anos)

Crianças e Adolescentes

Adolescentes e Jovens

Total de Pessoa





42

as

		(6 a 15 anos)	(16 a 17 anos)	(4 a 17 anos)
Público para acompanhamento	219	978	236	1.433
Pessoas acompanhadas	202	949	228	1.379
Taxa de acompanhamento	92,24%	97,03%	96,61%	96,23%



1310025296612760300





43

EDUCAÇÃO	Crianças (4 a 5 anos)	Crianças e Adolescentes (6 a 15 anos)	Adolescentes e Jovens (16 a 17 anos)	Total de Pessoas (4 a 17 anos)
Pessoas que cumpriram a condicionalidade (com frequência acima da exigida)	183	937	225	1.345
Taxa de cumprimento	90,59%	98,74%	98,68%	97,53%

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, SENARC (Setembro/2025).

SAÚDE	Crianças (menores de 7 anos)	Mulheres	Total de Pessoas (crianças e mulheres)
Público para acompanhamento	812	1.891	2.703
Pessoas acompanhadas	568	1.809	2.377
Taxa de acompanhamento	69,95%	95,66%	87,94%
Pessoas que cumpriram a condicionalidade	534	-	
Taxa de cumprimento	94,01%	-	

SAÚDE	Gestantes
Pessoas acompanhadas	28
Pessoas que cumpriram a condicionalidade	28
Taxa de cumprimento	100,00%

ESTIMATIVA DE FAMÍLIAS

COM PERFIL CADASTRO ÚNICO





44

Mapeamento Do Controle Social E Das Instancias De Controle

O Sistema Único de Assistência Social prevê um modelo de gestão descentralizado e participativo, regulando e organizando as ações socioassistenciais em todo país, deixando claro suas bases de referência, explicitando o eixo do Controle Social tem sua concepção decorrente da Constituição Federal de 1988, como meio de efetivação da participação popular no processo de gestão político administrativo financeiro e técnico-operativa, democrático e descentralizado.

Controle Social

A Resolução CNAS nº 237/2006 define o controle social como o exercício democrático de acompanhamento da gestão e avaliação da Política de Assistência Social, do Plano Plurianual de Assistência Social e dos recursos financeiros destinados a sua implementação, sendo uma das formas de exercício desse controle zelar pela ampliação e qualidade da rede de serviços socioassistenciais para todos os destinatários da Política. Ele representa a capacidade que a sociedade organizada tem de intervir nas políticas públicas, interagindo com o Estado na definição de prioridades e na elaboração dos planos de ação do município, estado ou do governo federal.

Os Conselhos de políticas e de defesa de direitos, tais como os de Conselhos de Assistência Social são formas democráticas de controle social. Essa intervenção participativa tem três dimensões, a política, a ética e, uma delas, que podemos chamar de técnica e/ou administrativa consiste no acompanhamento do ciclo de elaboração, monitoramento e avaliação da política pública, incluindo a fiscalização, controle e avaliação da qualidade dos serviços, programas, projetos e benefícios executados pela rede socioassistencial tanto pública quanto privada. Esse controle da gestão pública tem suas bases legais nos princípios e direitos



45

constitucionais fundamentais, como o inciso LXXIII, art. 5º, da Constituição Federal, que estabelece o mecanismo de ação popular e o § 2º do inciso IV do art. 74, que dispõe que qualquer cidadão é parte legítima para denunciar irregularidades ao Tribunal de Contas da União - TCU. Na Assistência Social, em particular o inciso II, art. 204 da Carta Maior, estabelece que nesse campo as ações governamentais tenham como diretrizes, dentre outras, a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação da Política e no controle das ações em todos os níveis”.

O funcionamento dos Conselhos de Assistência Social tem sua concepção advinda da Constituição Federal de 1988 [art. 204] enquanto instrumento de efetivação da participação popular no processo de gestão político-administrativo- financeiro e técnico-operativa, com caráter democrático e descentralizado.

Assim, como forma de efetivar essa participação, foi instituída pela a Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS, que em seu artigo 16 ressalta que, as instâncias Deliberativas do sistema descentralizado e participativo, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil são os conselhos municipais, estaduais, do Distrito Federal e o Conselho Nacional de Assistência Social **CNAS**.

É importante ressaltar que a conquista da participação popular como direito não se trata apenas da participação nos Conselhos. Esse é um espaço privilegiado, mas não o único espaço de participação. Porém, os conselhos devem exercer seu papel político, que é outra importante dimensão de atuação.

Conselho Municipal de Assistência Social

O Conselho Municipal de Assistência Social De Nova Olinda (CMAS), da Lei Nº 335/2017 de 02 junho de 2017, fica criado o Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS, órgão de deliberação colegiada, de caráter permanente e de âmbito municipal, observado o disposto no artigo 16, ítem IV, da Lei Federal nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993, vinculado à estrutura do órgão de Administração Pública



46

Municipal, responsável pela coordenação da Política Municipal de Assistência Social, cujos membros nomeados pelo Prefeito, têm mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período. (revoga a Lei n 1289 de 27/01/1999 e 1133 de 20/12/95) à Secretaria Municipal de Assistência Social, é um órgão deliberativo e consultivo de caráter permanente no âmbito municipal, responsável pela coordenação da Política Municipal de Assistência Social, consubstanciada na Lei Federal Nº 8.742, de 07 de dezembro de 1.993.

O CMAS é formado por 24 membros, sendo 12 titulares e 12 suplentes, obedecendo à paridade entre governo e sociedade civil. Com base nas orientações gerais do CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social) para adequação da lei de criação às normativas vigentes e ao exercício do controle social no SUAS, contemplando a participação de usuários e trabalhadores da Assistência Social, conforme preconiza a Constituição Federal, a LOAS e a PNAS 2004.

Além do Conselho Municipal de Assistência Social, o conselho de direito da pessoa idosa, conselho da criança e adolescente etc. O conselho de segurança alimentar e nutricional encontra-se ligados a secretaria de desenvolvimento econômico agricultura e pecuária:

Conselho Municipal de Segurança Alimentar (COMSEA)

Criado pela Lei Municipal nº.293/2014 de 18 de agosto 2014, altera dispositivo da Lei nº 178/2009 de 27 de maio de 2009 que dispõem sobre a alteração da Lei nº 129/2004 do conselho municipal de segurança alimentar e nutricional-COMSEA com 12 conselheiros sendo 2/3 de representante da sociedade civil organizada e 1/3 de representante da sociedade civil

Coordenação Municipal Intersectorial do Programa Bolsa Família

Criado pelo Decreto Municipal nº 127/2025 de 19 de agosto de 2025, com 06 membros, considerando titulares e suplentes, sendo 06 representantes governamentais, nomeados pelo Decreto constitui a comissão da coordenação municipal intersectorial do programa bolsa família fica nomeados 06 membros sendo 03 titulares e 03 suplentes

Cobertura Da Rede Prestadora De Serviços Socioassistenciais

A SEMAS, enquanto órgão gestor, compete, regimentalmente, coordenar, executar,



47

manter e aprimorar o sistema de gestão da política e dos serviços de Assistência Social, respeitando os princípios e diretrizes de participação, descentralização e controle das ações, com o envolvimento e articulação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS); cabe a ela viabilizar as condições para que esse processo de aprimoramento se efetive, de modo a cumprir sua missão institucional e, assim, atender à população usuária com a dignidade e respeito que compõem o escopo do que se concebe como direito.

Sistema Único de Assistência Social (Suas)

O SUAS é um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no 1/3 campo da proteção social brasileira. Os programas e projetos da assistência social no Sistema Único de Assistência Social (Suas) são organizados em dois tipos de proteção: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.

O Sistema Único de Assistência Social prevê um modelo de gestão descentralizado e participativo, regulando e organizando as ações socioassistenciais em todo país, deixando claro suas bases de referência, explicitando o eixo do Controle Social tem sua concepção decorrente da Constituição Federal de 1988, como meio de efetivação da participação popular no processo de gestão político administrativo financeiro e técnico-operativa, democrático e descentralizado.

A demanda do município tem crescido e por isso faz-se necessário ampliação das Redes Socioassistenciais e capacitação para os

profissionais que prestam serviços, obtendo melhor qualidade no atendimento e acesso facilitado para os usuários, além de fortalecer os vínculos SUAS.

A demanda do município tem crescido e por isso faz-se necessário ampliação das Redes Socioassistenciais e capacitação para os profissionais que prestam serviços, obtendo melhor qualidade no atendimento e acesso facilitado para os usuários, além de fortalecer os vínculos SUAS.



Unidade: Equipamentos da Assistência Social

Unidade (Equipamento Social)		Quantidade
Proteção Social Básica – PSB	Cras semeando esperançpa	01
	Cras (Recurso próprio)	01
	Equipe volante recurso	01
	Serviço De Convivência E Fortalecimento De Vínculos Local: Cras semeando esperança,	01
	EQUIPE VOLANTE	04
	Núcleo Do Cadastro Único funcionando	01
Pólo do Cadastro Único	Polo do Cadastro Único (Na sede do CRAS)	01
Proteção Social Especial – Média Complexidade	Creas	02
Proteção Social Especial – Alta Complexidade	Instituição De Acolhimento Criança (CRAS)	01
	ILPI – (CRAS)	01

Rede de cobertura da Assistência Social
 FONTE: SEMAS Nova Olinda – TO.

Proteção Social Básica (PSB)

Proteção Social Básica refere-se o conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social estruturados para prevenir situações de vulnerabilidade e risco social e fortalecer os vínculos familiares e comunitários.

As ações desenvolvidas destinam-se à população que vive em situação vulnerável em decorrência da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou





49

nulo acesso aos serviços públicos) e da fragilidade dos vínculos afetivos e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências).

Proteção Social Básica (PSB)

Proteção Social Básica refere-se o conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social estruturados para prevenir situações de vulnerabilidade e risco social e fortalecer os vínculos familiares e comunitários.

As ações desenvolvidas destinam-se à população que vive em situação vulnerável em decorrência da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos) e da fragilidade dos vínculos afetivos e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências).

Centro de Referência de Assistência Social - CRAS

Esta localizado em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, o CRAS é uma unidade pública integrante da Proteção Social Básica do Sistema Único da Assistência Social (SUAS). Em Nova Olinda TO

CRAS SEMEANDO ESPERANÇA

O CRAS “**SEMEANDO ESPERANÇA**” está situado na Avenida 31 de março n° 1421 centro Nova Olinda Tocantins, tendo como área de abrangência os seguintes Setores: Cardoso, Bueno, São Francisco, Ferro Velho, Bacia Leiteira, os Assentamentos Agua Branca, Remansão. Vargem grande, Arrais.

A proteção social básica tem por objetivo contribuir para a prevenção de situações de risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Os serviços de proteção social básica



50

deverão ser coordenados e organizados pelo Centro de Referência da Assistência Social – CRAS

Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF;

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV;

Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.

O Cras também atende às famílias com a oferta de serviços:

Benefícios Eventuais;

Benefício de Prestação Continuada – BPC;

Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CADÚNICO / Programa Auxílio Brasil

Estes Programas, Serviços e Benefícios socioassistenciais conforme descritos abaixo:

NOME	DESCRIÇÃO
PAIF	Trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva da família, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover o acesso e usufruto aos direitos e contribuir para a melhoria da qualidade de vida.
SCFV	Realiza atendimentos em grupo (atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas, dentre outras), de acordo com a idade dos usuários.
Benefícios Eventuais	Provisões, de caráter suplementar e provisório, prestados aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.
BPC	Benefício não contributivo de um (01) salário-mínimo mensal às pessoas idosas com 65 anos ou mais e às pessoas com deficiência que comprovem renda <i>per capita</i> familiar inferior a ¼ do salário- mínimo e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família. Inclui o BPC na Escola.
Programa Bolsa Família	Programa de transferência condicionada de renda, que beneficia famílias pobres e extremamente pobres inscritas no CADÚNICO. Para receber o benefício a família deve cumprir as condicionalidades da frequência escolar dos filhos (crianças, adolescentes e jovens de 10 a 17 anos), do acompanhamento da saúde das crianças de até 07 anos e de mulheres de 14 a 44 anos.
CADÚNICO	Cadastro que reúne informações socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda – aquelas com renda mensal de até meio salário <i>per capita</i> , proporcionando ao governo o conhecimento das reais condições de vida da população e a



51

	seleção das famílias para a sua inserção em programas sociais. O serviço também inscreve famílias que tem renda mensal total de até três (03) salários-mínimos, com o objetivo de atender a outros programas sociais.
--	---

Descrição dos Programas, Serviços e Benefícios socioassistenciais.
 FONTE: MDS

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - PSE

A Proteção Social Especial (PSE) destina-se a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados. Para integrar as ações da Proteção Especial, é necessário que o cidadão esteja enfrentando situações de violações de direitos por ocorrência de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual; abandono, rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medidas. Tem dois níveis de complexidades, sendo eles média e alta complexidade, conforme descritos a seguir.

BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA- BPC.

É um benefício de transferência de renda que garante um salário mínimo mensal para pessoas com deficiência e pessoas idosas com 65 anos ou mais. Para ter acesso ao benefício, além de comprovar a idade ou a situação de deficiência, a pessoa deve vivenciar situação socioeconômica na qual não tenha condições de manter sua subsistência ou tê-la mantida por sua família. Ou seja, é preciso que a renda familiar per capita mensal não





52

ultrapasse um valor determinado: igual ou inferior a 1/4 do salário mínimo vigente, segundo a LOAS.

Os critérios de acesso, assim como os procedimentos de operacionalização do BPC, estão descritos no [Decreto nº 6.214/2007](#), que regulamenta o benefício. Para além disso, é essencial destacar a importância do benefício na garantia da Segurança de Renda pela Política de Assistência Social, como uma das formas de garantir Proteção Socioassistencial.

BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA



TOTAL DE BENEFICIÁRIOS PELA FORTE PAGADORA OUTUBRO/2025

312



TOTAL DE BENEFICIÁRIOS DO BPC INSCRITOS NO CADASTRO ÚNICO OUTUBRO/2025

306

PERCENTUAL DE BENEFICIÁRIOS DO BPC INSCRITOS NO CADASTRO ÚNICO *
OUTUBRO/2025

Beneficiários Repassado em outubro/ 2025
Repassado em 2025 Repassado em 2024



1310025296612760300



53

Pessoas com Deficiência	213	R\$ 323.337,34	R\$ 3.063.356,28	R\$ 2.921.457,33
Idosos	99	R\$ 150.282,00	R\$ 1.499.785,20	R\$ 1.671.811,31
Total	312	R\$ 473.619,34	R\$ 4.563.141,48	R\$ 4.593.268,64

*Este percentual está sujeito à flutuação devido a procedimentos de exclusão do cadastro de pessoas no âmbito do Cadastro Único, bem como à concessão de novos benefícios do BPC.

Referente aos meses de jan./2025, fev./2025, mar/2025, abr./2025, mai./2025, jun./2025, jul./2025, ago./2025, set/2025 e out/2025.

RENDA MENSAL VITALÍCIA



TOTAL DE BENEFICIÁRIOS PELA FONTE PAGADORA OUTUBRO/2025

3

Repassado em outubro/2025

Repassado em Repassado em 2024 2025*

Total	R\$ 4.554,00	R\$ 51.612,00	R\$ 67.776,00
--------------	---------------------	----------------------	----------------------

Referente aos meses de jan./2025, fev./2025, mar/2025, abr./2025, mai./2025, jun./2025, jul./2025, ago./2025, set/2025 e out/2025.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, SNAS, Base Maciça do BPC





54

INFORMAÇÕES RACIAIS



POPULAÇÃO DE MULHERES NEGRAS

IBGE 2022
3.856



POPULAÇÃO DE HOMENS NEGROS

IBGE 2022
4.175



POPULAÇÃO TOTAL
IBGE 2022

10.367

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO

NEGRA
IBGE 2022
77,47%

POPULAÇÃO TOTAL NEGRA
IBGE 2022

8.031

Recorte étnico-racial

Pessoas cadastradas no Cadastro Único (Novembro/2025)

Pessoas beneficiadas pelo Bolsa Família (Novembro/2025)

Beneficiários de Prestação Continuada (Outubro/2025)

Mulheres negras	3.126	1.768	140
Homens negros	2.795	1.381	203
Quilombolas	-	-	0

Recorte étnico-racial

Famílias cadastradas no Cadastro Único (Novembro/2025)

Famílias beneficiadas pelo Bolsa Família (Novembro/2025)

Quilombolas	0	0
Famílias pertencentes	0	0

1310025296612760300





55

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, SENARC; Cadastro Único para programas Sociais; SNAS, Base Maciça do BPC ; IBGE, Censo Demográfico - 2022



1310025296612760300



56

Equipamentos da Rede Socioassistencial do SUAS

	Qtd. de Equipamentos Ativos (Data da Atualização: 16/12/2025)	Preencheram o Censo SUAS 2024
CRAS	1	1
CREAS Municipal	0	0 (2021)
CREAS Regional	0	0 (2021)
Centro POP	0	0 (2021)
Unidade de Acolhimento*	1	0 (2021)
Centros de Convivência	0	0 (2021)
Centro Dia	1	1

Outros Serviços

	Qtd. de Equipamentos Ativos (Data da Atualização: 25/11/2025)	Preencheram o Censo SUAS 2024
Famílias Acolhedoras	-	1
Postos de Cadastramento	0	0

Para as Unidades de Acolhimento o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome efetua mensalmente o cofinanciamento de vagas em unidades do tipo Casa Lar, Albergue, Abrigo Institucional, República, Residência Inclusiva e Casa de Passagem.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, SNAS, Cad SUAS (base corporativa); SNAS, Dados Consolidados PSB/PSE; SNAS, Censo SUAS;

Para ver mais informações como localização, serviços ofertados ou oportunidades de Inclusão Produtiva acesse o [MOPS](#).

ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA DO SUAS (IGD/SUAS) MUNICIPAL





57

ID CRAS Médio: Exe. Financeira Ajustada: **IGD-Municipal** Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social (Dezembro/2021)

VALORES REPASSADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SERVIÇOS

Nome em 2025	Repassado em dez embro /2025	repassado
COMPONENTE - PISO BÁSICO FIXO	R\$ 4.129,98	R\$ 45.834,22
COMPONENTE - SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS	R\$ 6.814,18	R\$ 71.140,94
Total	R\$ 10.944,16	R\$ 116.975,16

GESTÃO

Nome	Repassado em dez/2025	Repassado em 2025
ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA – IGDBF	R\$ 0,00	R\$ 27.070,78
Total	R\$ 0,00	R\$ 27.070,78

PROGRAMAS

Nome	Repassado em dez/2025	Repassado em 2025
PROGRAMA DE FORTALECIMENTO EMERGENCIAL DO ATENDIMENTO DO CADASTRO ÚNICO NO SUAS - PROCAD- SUAS	R\$ 0,00	R\$ 12.000,00
Total	R\$ 0,00	R\$ 12.000,00





58

Total geral repassado ao Fundo de Assistência Municipal/Estadual

TOTAL GERAL	R\$ 10.944,16	R\$
156.045,94		

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Fundo Nacional de Assistência Social, Relatório de Parcelas Pagas (Ordem bancária) - Atualizado em: **15/12/2025** ([Rede SUAS, Relatório Financeiro de Parcelas Pagas](#))



1310025296612760300



59

SALDO EM CONTA CORRENTE (NOV/2025)

Nome	Parcelas em conta	Valor mensal	Saldo em Conta corrente (nov/2025)
BL IGD-PAB	-	R\$ -	R\$ 1.217,86
BPC na Escola	-	R\$ -	R\$ 910,06
PROCAD-SUAS	-	R\$ -	R\$ 12.395,86
PROGRAMAS SIGTVESTR3	-	R\$ -	R\$ 978,87
SIGTVESTR4	-	R\$ -	R\$ 5.251,46
SIGTV_G32021	-	R\$ -	R\$ 972,91
TRANGOVGND3	-	R\$ -	R\$ 50.778,86

1310025296612760300

Nome em	Parcelas em conta	Valor mensal	Saldo em Conta corrente (nov./2025)
GESTÃO Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único	- 114.159,91	R\$ -	R\$
Bloco da Gestão do SUAS	-	R\$ -	R\$

Nome em	Parcelas em conta	Valor mensal	Saldo em Conta corrente (nov./2025)
SERVIÇOS R\$ -			Bloco da Proteção Social Básica - R\$ 2.181,47





60

TOTAL GERAL DO SALDO EM CONTA CORRENTE

TOTAL GERAL	R\$ 0,00	R\$ 191.202,87
-------------	----------	----------------

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome,
Fundo Nacional de Assistência Social, Saldo em Conta Corrente - Atualizado em:
15/12/2025

[Rede SUAS, Relatório Financeiro - Saldo Detalhado por Conta](#)



1310025296612760300



61

PROGRAMA DE FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS RURAIS



FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS

2012 - 2025
(VALOR ACUMULADO)

134

JANEIRO -
NOVEMBRO 2025
(NOVAS FAMÍLIAS)

0

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional



1310025296612760300



62

AÇÕES DO CRAS



SECRETARIA E SUA EQUIPE TECNICA E CONSELHO CMAS



DIA DA COINCICIENCIA NEGRA



Assinado de forma digital por MUNICIPIO DE NOVA OLINDA:00001602000163 em 24/06/2026 17:32:39

1310025296612760300



63

GRUPO DO BOLSA E COORDENAÇÃO DO CRAS SECRETARIA



AGRICULTURA

O presente Plano de Ação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Pecuária de Nova Olinda – Tocantins, tem como finalidade orientar, organizar e executar as ações voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, pecuária, economia rural e desenvolvimento produtivo do município, promovendo geração de renda, segurança alimentar e desenvolvimento sustentável.





64

A agricultura e a pecuária são atividades fundamentais para a economia de Nova Olinda – TO, sendo responsáveis pela subsistência de diversas famílias e pelo abastecimento alimentar local. Diante disso, torna-se necessário o planejamento de ações integradas que promovam assistência técnica, acesso a políticas públicas, incentivo à produção, melhoria da infraestrutura rural e fortalecimento dos pequenos produtores.

Promover o desenvolvimento econômico e rural sustentável do município de Nova Olinda – TO, por meio do fortalecimento da agricultura familiar, da pecuária e do empreendedorismo rural.

- Incentivar a produção agrícola e pecuária local;
- Apoiar tecnicamente os pequenos produtores rurais;
- Fortalecer a agricultura familiar;
- Estimular o cooperativismo e o associativismo;
- Facilitar o acesso dos produtores às políticas públicas;
- Incentivar a comercialização dos produtos locais;
- Contribuir para a segurança alimentar e geração de renda.

AÇÕES E ATIVIDADES da secretaria da agricultura

- Cadastro e acompanhamento dos produtores rurais;
- Orientação para acesso ao PRONAF, PAA e PNAE;
- Apoio na elaboração de projetos produtivos;
- Incentivo à diversificação da produção agrícola



65

- Realização de visitas técnicas às propriedades rurais;
- Parcerias com órgãos estaduais e federais (RURALTINS, SENAR);
- Capacitações, oficinas e dias de campo;
- Orientações sobre manejo do solo, plantio e colheita,
- Apoio aos criadores de gado, aves, suínos e pequenos animais;
- Incentivo à melhoria genética e ao manejo adequado;
- Orientações sobre sanidade animal;

- Apoio à regularização de pequenas criações.
- Incentivo à Comercialização e Renda
- Fortalecimento da Feira do Produtor.
- Apoio à comercialização direta do produtor ao consumidor.
- Incentivo à agroindústria familiar
- Divulgação dos produtos locais.
- Infraestrutura Rural
- Visita veterinária junto aos produtores
- Apoio à manutenção de estradas vicinais, perfuração de pequenas represas (em parceria com a Secretaria de Obras);
- Apoio à implantação de pequenas estruturas produtivas;
- Incentivo ao uso de tecnologias simples no campo.



66

PARCERIAS

- Prefeitura Municipal de Nova Olinda – TO;
- Secretaria Municipal de Obras;
- RURALTINS;
- SENAR;
- Associações e cooperativas rurais;
- Instituições estaduais

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

AÇÃO	PERIODO
Cadastros	janeiro março
Visitas técnicas	durante todo ano
Capacitações e oficinas	De maio a novembro
Fortalecimento da feira	Permanente
Parcerias e projetos	Durante todo o ano

A oferta de alimentos enfrenta desafios significativos, especialmente para populações vulneráveis. A produção local ainda é insuficiente para atender à demanda dos programas públicos de alimentação, e há limitações na infraestrutura de armazenamento e distribuição de alimentos. Ainda assim, a Diretoria de Agricultura desempenha um papel fundamental na promoção da segurança alimentar e nutricional no município, atuando em diversas frentes para garantir o fortalecimento da produção agrícola, a distribuição de alimentos e a inclusão dos produtores rurais em programas institucionais. A Diretoria



1310025296612760300



67

desenvolve uma série de programas voltados ao fortalecimento da produção rural, conforme apresentado no diagnóstico o qual demonstra que a Diretoria desenvolve ações estratégicas que contribuem diretamente para a segurança alimentar e nutricional da população, como: Entrega e transporte de cerca de 200 toneladas calcário para calagem dos chacareiros. Calagem com cerca de 200 toneladas de calcário espalhadas pelos nossos maquinários. Gradagem de aproximadamente 600 chácaras da agricultura familiar em Nova Olinda Transporte de insumos agrícolas e escoamento de produção de aproximadamente 60 atendimentos. Doação para o pequeno agricultor de 600 mudas diversificada cariolas, melhorando sua produção local. Compra de 630 mil reais em valores do PAA, do agricultor familiar. Construção e modernização de 1 feira livre para os agricultores familiares. Palestras em escolas municipais sobre segurança

alimentar. Apoio com transporte para a segurança alimentar do projeto PAA CONAB. Ao todo são aproximadamente 30 feirantes registrado na feira, escoando seus produtos e melhorando sua renda e segurança nutricional familiar. Temos em registro cerca de 600 famílias que já foram atendidas em nova Olinda, como chacareiros da agricultura familiar Assentados da reforma agraria e comunidades tradicional



68

RESULTADO DA IV CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL PROPOSTAS

EIXO 1 – DETERMINANTES ESTRUTURAIS E MACRODESAFIOS PARA A SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONA

	PRIORIDADE PARA O MUNÍCIPIO	PRIORIDADES PARA O ESTADO	PRIORIDADES PARA A UNIÃO
01	Cobrar do poder público programas de fortalecimento da agroindústria familiar, fortalecimento do SIM (selo de identificação municipal).	criar um programa de capacitação ou formação para os conselheiros do COMSE	
02	Estruturar espaço físico da feira livre, assim como o fortalecimento para ampliar a participação de produtores.		
03	Continuidade, melhoria e expansão das políticas públicas existente PNAE e PAA e dar condições aos produtores com equipamentos e insumos para a produção.	Continuidade, melhoria e expansão das políticas públicas existente PNAE e PAA e dar condições aos produtores com equipamentos e insumos para a produção.	Continuidade, melhoria e expansão das políticas públicas existente PNAE e PAA e dar condições aos produtores com equipamentos e insumos para a produção.
04	Incentivo a valorização da agricultura familiar com oferta de cursos profissionalizantes para a juventude rural, visando a continuidade da produção familiar.	Incentivo a valorização da agricultura familiar com oferta de cursos profissionalizantes para a juventude rural, visando a continuidade da produção familiar.	

1310025296612760300





69

EIXO 2 - SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS GARANTIDORAS DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA.

	PRIORIDADES PARA O MUNICÍPIO	PRIORIDADES PARA O ESTADO	PRIORIDADES PARA A UNIÃO
1	Organizar e incentivar a produção e o escoamento de oleicultura, capacitando os pequenos produtores para produzirem. E preferencialmente seja consumido na merenda escolar.		
2	Incentivo para que aja feiras municipais no intuito de gerar renda para a agricultura familiar.		
3	Programas do governo e sociedade civil e ações de programas cisternas de água, fomento rural e as atividades produtivas da agricultura familiar.	Programas do governo e sociedade civil e ações de programas cisternas de água, fomento rural e as atividades produtivas da agricultura familiar.	
4	Participações dos sindicatos de trabalhadores rurais associações copem na formação dos produtores do PNAE. E a desburocratização.		
5	Poderão participar de pregão eletrônico do PNAE agricultores e produtores da agricultura familiar. Para que seja oferecido produto de qualidade na alimentação escolar		

1310025296612760300





70

EIXO 3 - DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL.

	PRIORIDADES PARA O MUNICÍPIO	PRIORIDADES PARA O ESTADO	PRIORIDADES PARA A UNIÃO
1		Participação social e fortalecimento da política de segurança alimentar e nutricional nos municípios estado no processo de desburocratização e inserção do seu público alvo	
2	Implantação de plataformas digitais panfletos cartilha de orientação, municipal e estadual, com participação online, permitindo que mais cidadãos participem de consultas, debates e decisões relacionadas ao SISAN	Implantação de plataformas digitais panfletos cartilha de orientação, municipal e estadual, com participação online, permitindo que mais cidadãos participem de consultas, debates e decisões relacionadas ao SISAN	
3	Capacitação e educação criação de programas de fortalecimento de produção	Capacitação e educação criação de programas de fortalecimento de produção	Capacitação e educação criação de programas de fortalecimento de produção
4			Ampliar a reformar agrária;
5	Fazer audiências públicas		

O monitoramento deste plano ocorrerá em todo o período de sua execução para verificação do processo e, á medida da necessidade adoção das providencias cabives. Ao final de cada exercicio, sera feita a avaliação do cumprimento das metas estabelecidas e (caso necessario) revisão do plano para o exercicio seguinte.





71

REFRERENCIA BIBLIOPGRAFICA

(Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742compilado.htm

Fonte: Ministerio do desenvolvimento e assistencia doial, familia e combate a fome. <https://www.gov.br/mds/pt-br>

Fonte: MAPA Ministério da Agricultura e Pecuária <https://www.gov.br/agricultura/pt-br>



Emival Fernandes De Sousa
Secretário Municipal de Desenvolvimento
Econômico, Agricultura e Pecuária – Nova Olinda – TO
Fone: (63) 99260-6714 – WhatsApp
Email: emivalfernandes1970@gmail.com

ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE NOVA OLINDA - TO*Lei Municipal nº 354, de 30 de Agosto de 2018***Diagramação e Publicação:** Franklin Barbosa de Sousa Neto

Os originais das matérias editadas neste diário oficial eletrônico poderão ser encontrados em suas respectivas pastas.
A Prefeitura Municipal de Nova Olinda dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado por meio de sua página oficial.

